

As possibilidades e os limites das identidades múltiplas

DANIELA DO CARMO KABENGLE*

*"Ele – pois não restavam dúvidas a respeito do sexo a que pertencia, muito embora a moda da época não fosse muito clara a esse respeito – entretinha-se a desferir golpes contra a cabeça de um mouro, a qual se encontrava pendurada nas vigas."
(Orlando, de Virginia Woolf).*

*"Pois então: o meu nome, verdadeiro, é Diadorim... Guarda este meu segredo. Sempre, quando sozinhos a gente estiver, é de Diadorim que você deve de me chamar, digo e peço, Riobaldo...!
(Grandes Sertões: Veredas, de Guimarães Rosa).*

Resumo

Este artigo procura pensar a dinâmica da identidade a partir das possíveis identidades múltiplas que se inscrevem em uma pessoa, por um lado, e discute os limites da atualização dessas identidades em contextos específicos, por outro. O argumento é de que a identidade pode ser entendida como posicionamento, mas deve-se notar, especialmente, os feixes de forças presentes no contexto social.

Palavras-chave: Dinâmica Identitária; Contexto Social; Possibilidades; Limites.



* **DANIELA DO CARMO KABENGLE** é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Titular da Faculdade Integrada Tiradentes.



Título: *Two Faces* (1934) – Artista: **Lajos Vajda** (1908-1941) – Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vajda_Two_Faces_1934.jpg

Este artigo procura pensar a dinâmica da identidade a partir das possíveis identidades múltiplas que se inscrevem no sujeito, por um lado, e trata de discutir os limites da atualização dessas identidades em contextos específicos, por outro. Nosso propósito, nas páginas que se seguem, é pensar possibilidades e limites da atualização das identidades a partir de um caso emblemático, ocorrido nos Estados Unidos no início da década de 1990 e de outro da atual realidade africana. Em ambos os casos, discute-se a questão do “descentramento” do sujeito. Em que pese o desígnio paradoxal da proposta deste artigo – examinar as possibilidades e limites das possíveis múltiplas das identidades que se inscrevem no sujeito – penso que a epígrafe que abre o texto reúne as principais preocupações com as quais procurarei lidar a seguir. Os trechos de obras de Virgínia Woolf e de Guimarães Rosa permitem pensar que a identidade deve ser percebida não como aquilo que constitui a natureza de uma coisa, aquilo que subsiste por si, que é indispensável, ou como quer Pierre Bourdieu, como a imposição de uma

“essência social”.¹ Ao contrário, a identidade deve ser compreendida naquilo que se mostra possível, que se manifesta e que se realiza. Trata-se de uma visão que concebe a identidade como posicionamento, mas que privilegia o contexto; o que pressupõe admitir que qualquer descrição de uma identidade é parcial por refletir um dado posicionamento em um dado contexto ou até mesmo, como escreve Woolf, *a moda de uma época*.

¹ “A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (‘você não passa de um ...’), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade” (BOURDIEU, 1996, p. 100).

As possibilidades e os limites das múltiplas identidades

Análises vigorosas têm constatado o contínuo interesse da Antropologia pela questão da identidade assim como verificado o crescente investimento analítico nessa temática no horizonte das Ciências Sociais.² O assunto tem se demonstrado instigante razão pela qual está sendo também discutido em outros campos do conhecimento, em particular, por autores que se filiam aos assim chamados Estudos Pós-Coloniais.³

Mas se é certo que as definições dos autores a respeito do conceito de identidade assumem conteúdos distintos⁴, é preciso notar um argumento que, contudo, os aproxima e que Michel Agier, ecoando Lévi-Strauss, bem notou: a identidade é constituída abordando seu objeto de maneira contextual, relacional, construtivista e

situacional. A identidade é “uma espécie de abrigo virtual ao qual é indispensável nos referirmos para explicar um determinado número de coisas, sem que este tenha jamais uma existência real” (apud AGIER, 2001, p. 85).

Subjacente a essa reflexão está a crítica a qualquer concepção de identidade fixa ou permanente. Neste registro, não é pouco dizer que *as identidades são construídas*. Se a crítica está correta – e realmente acho que esteja – me parece interessante problematizar, então, o contexto na modelagem das identidades, seja pelo impacto que um evento ou circunstância pode causar aos sujeitos, fazendo com que façam escolhas identitárias, seja em razão dos interesses particulares dos sujeitos que, certamente, influenciam suas escolhas.

Neste momento talvez seja útil ilustrar a problemática através de um caso emblemático, exemplo bem acabado trazido por Stuart Hall: a repercussão da indicação do juiz negro norte-americano Clarence Thomas para a Suprema Corte americana e o escândalo público em relação à sua acusação por assédio sexual:

Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a um juiz negro) provavelmente apoiaram Thomas porque ele era conservador em termos de legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apóiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente

² LÉVI-STRAUSS, 1977. Ver também CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, pp. 7-21.

³ COSTA, 2006, pp. 117-134. O autor observa os Estudos Pós-Coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica, pois trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas. Entende que a distinção entre estudos culturais, na versão britânica (desenvolvida principalmente no Birmingham University's Centre for Contemporary Studies), e estudos pós-coloniais seja apenas cronológica, haja vista que “desde que Stuart Hall, figura central dos estudos culturais britânicos, desloca sua atenção, a partir dos anos de 1980, de questões ligadas à classe e ao marxismo para temas como racismo, etnicidade, gênero e identidades culturais, verifica-se uma convergência plena entre estudos pós-colônias e estudos culturais” (MORLEY e CHEN, 1996, citado por COSTA, 2006). Para um entendimento circunstanciado da constituição do campo dos Estudos Pós-Coloniais, ver Ashcroft e Tiffin 1995.

⁴ AGIER, 2001, pp. 7-33. O autor afirma que de acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si mesma. “Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo” (AGIER, 2001, p.9).

estava ‘jogando o jogo das identidades’. Durante as ‘audiências’ em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiaram Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que freqüentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social (HALL, 2005, pp. 18-20).

Ao olhar para o caso Clarence Thomas *versus* Anita Hill, penso em três elementos para a discussão. O primeiro diz respeito às múltiplas identidades singulares (racial, de classe, de gênero, de orientação política) em voga que atravessavam os sujeitos. Mais que isso: diz respeito às múltiplas identidades que

atravessavam cada sujeito em particular. Stuart Hall vai mais longe ao afirmar que cada sujeito pode jogar o “jogo das identidades”, no sentido que cada sujeito pode atualizar cada identidade que carrega de acordo com seu interesse imediato. Para Hall a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. Acrescento que são justamente as identidades singulares que dão aos sujeitos as chaves para interpretar o mundo social bem como são elas que regem as relações entre eles. As identidades singulares proporcionam aos sujeitos um ponto de vista e um “protocolo” segundo o qual respondem ao outro, melhor dito, respondem ao ponto de vista do outro. Esse modo de pensar a questão vai ao encontro das considerações de Abner Cohen (1974) que acredita que a identidade pode ser vista como a expressão de objetivos políticos compartilhados ou de uma cultura política.

Mas que traços prevalecem nas construções de identidades? Manuela Carneiro da Cunha (1987) nos faz saber que a escolha de traços culturais que irão garantir a distinção de um grupo ou de uma fração de uma sociedade enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que estão inseridos, “já que os sinais diacríticos devem se opor, por definição, a outros do mesmo tipo” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 100). Ao analisar a *cultura de contraste*, a autora observa que em situações de intenso contato, a cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traço que se tornam diacríticos. Com efeito, é possível considerar que os traços culturais selecionados por um grupo ou fração de

uma sociedade não são arbitrários, embora sejam imprevisíveis.

O segundo elemento refere-se a uma possível contradição ao tratarmos o recorte das identidades. Stuart Hall observa que as identidades são contraditórias à medida que elas se cruzam e se deslocam mutuamente. Ora, se uma feminista branca pode posicionar-se a favor do juiz Clarence Thomas (justificada por sua visão progressista na questão racial), uma conservadora branca também o fez (em virtude de sua oposição ao feminismo). Se um homem negro pôde posicionar-se a favor do juiz (prevalecendo seu sexismo), outro homem negro pôde posicionar-se contra o juiz (sendo progressistas na questão sexual).

Assim, é interessante notar que as contradições atuam tanto na sociedade como na “cabeça de cada indivíduo”. As dissensões e contradições no interior dos grupos identitários mostram-se tão expressivas que muitas vezes não é possível prever seus posicionamentos. Cada indivíduo sabe o que fazer em certos momentos, em certas situações, mas nem todos sabem o que fazer nem mesmo podem prever o que faria nessas situações. Tudo depende dos interesses que estão em jogo. Assim, há uma complementaridade na relação entre construções identitárias e interesses. Mas se como vimos tal complementariedade foi exemplarmente mostrada Hall através dos posicionamentos dos indivíduos frente ao caso Clarence Thomas *versus* Anita Hill, é preciso, contudo, atentar-se para o fato sociológico de que, concomitante à relação entre construções identitárias e interesses, existe a assimetria social, essa que caracteriza e acompanha os indivíduos; assim como assimétricos também são os feixes de força que alçam seus interesses. Com isso quero

dizer que os interesses podem ser desiguais não só em conteúdo, mas prioritariamente *ao nível que os conforma*.

Portanto, a complementaridade na relação entre construções identitárias e interesses, da qual nos fala Hall, se sedimenta nas relações sociais assimétricas.

Apenas a título de exemplo, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), meninas e meninos não têm tido oportunidades iguais para receber educação básica. “Embora a paridade de gênero devesse se ter sido alcançada em 2005, em 2011, apenas 60% dos países atingiram esse objetivo no nível primário, e 38% no nível secundário” (UNESCO 2014). Este exemplo parece importante no sentido de problematizar, por exemplo, que ter uma educação formal pode significar para além da construção do capital social, a expansão de opções para a vida dos sujeitos, pode significar atualizar outros dispositivos de identidades, como por exemplo, a profissionalização especializada para o mercado de trabalho. Em suma, a desigualdade sistêmica prescinde a complementaridade entre identidades e interesses.

O terceiro elemento tem a ver com as considerações de Hall em relação às posições de identificação do sujeito. Tendo no horizonte as transformações do sujeito face às mudanças no mundo moderno, Stuart Hall afirma que a modernidade, ao contrário do que se passa nas sociedades tradicionais que veneram e perpetuam o passado a cada geração, caracteriza-se pela constante mudança, pelo constante rompimento ou “deslocamentos” de identidades centradas. O autor afirma que “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de

seus apoios estáveis nas tradições e estruturas” (HALL, 2005, p. 25). Em lugar da concepção iluminista do sujeito centrado, unificado e coerente e da concepção sociológica do sujeito interativo que estabelece diálogo com os “outros com significação” mas que continua tendo uma essência interna nuclear, tem-se a concepção de sujeito pós-moderno, sem identidade fixa, essencial ou permanente: “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relações às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, pp. 12-13). Para Hall, há um efeito pluralizador sobre as identidades, um efeito que possibilita novas posições de identidades, mais plurais e diversas, menos fixas e unificadas.

Apesar de considerar legítimo o argumento, considero-o apenas parcialmente válido. Não se trata de negar os descentramentos do sujeito, nem a dinâmica da cultura, mesmo porque boa parte da produção antropológica que se dedicou a essas temáticas já foi bastante convincente na crítica da cultura estática e da essência da identidade. Trata-se de perceber a qualidade dos descentramentos e os feixes de forças presentes na dinâmica social.

O que não se sustenta empiricamente e analiticamente na temática sobre as múltiplas identidades do sujeito pós-moderno é a ideia – um tanto recorrente entre alguns leitores dos estudos pós-coloniais; entre alguns novos doutores em particular – de que todo descentramento de identidade, de que todo deslocamento é “articulado”, “político”, “instrutivo”, “edificante”, algo que resulta de “uma liberdade no projeto de existir”. Argumento que uma

coisa é a possibilidade de descentramento do sujeito, a possibilidade da existência de múltiplas identidades singulares. Coisa bem diferente é a qualidade do descentramento, as propriedades das identidades fragmentadas.

Para não ficar muito abstrato o raciocínio, pensa-se, por exemplo, na pandemia da aids no continente africano. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que mais de 10% da população dos países da região subsaariana já sofrem da chamada “doença magra”. A região subsaariana, apesar de representar apenas 11% da população mundial, hospeda mais de 60% das pessoas com HIV do mundo. Pensa-se, mais particularmente para um africano qualquer da região subsaariana, que seja, por exemplo: homem, negro, pobre, portador do vírus HIV e doente.

Inscrevendo-se no quadro precedente, a concepção de descentramento mostra-se evidente, pois não está se olhando para uma identidade única e fixa, mas para suas várias inscrições: africano, homem, negro, pobre, portador do vírus e doente. Contudo, a atenção deve se voltar agora para a qualidade do descentramento do sujeito, para as propriedades dos crivos identitários que o constitui. Ora, a tal liberdade do indivíduo é discutível. Se tomarmos a palavra liberdade nos termos semânticos que a constitui – como a faculdade de uma pessoa poder dispor de si, fazendo ou deixando de fazer por seu livre arbítrio qualquer coisa – veremos que o que menos se supõe no exemplo empírico trazido é a autonomia no projeto de existir. A severidade constituinte de certas inscrições de identidade (miséria, soropositividade, doença) manifesta-se de forma tão cabal e redutível que sobrepõe e subjuga as

demais. Sendo assim, não é possível considerar definitivo o argumento que as transformações associadas à modernidade libertam (todo e qualquer) indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas. As possibilidades de descentramento são para alguns bastante reduzidas.

Referências

- AGIER, M. "Distúrbios identitários em tempos de globalização". In: *Mana*, 7 (2), 2001, pp. 7-33
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; Tiffin, (org.). *The Post-colonial Studies Reader*. London and New York: Routledge, 1995.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- COHEN, A. "The Lesson of Ethnicity". In: A. Cohen (ed.), *Urban Ethnicity*. London: Tavistock, 1974, pp. IX-XXIV.
- COSTA, S. "Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21. n°.60. São Paulo, fevereiro de 2006, pp. 117-134.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. "Os (des)caminhos da identidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, n°. 42, São Paulo, fevereiro de 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. "Etnicidade: Da cultura residual, Mas irreduzível". In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. *L'identité*. Paris, Grasset, 1977.
- UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*, UNESCO, 2014. Título original: Teaching and Learning: Achieving Quality for All; EFA Global Monitoring Report, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>. Acesso em: 01/03/2014.

Recebido em 2014-06-04
Publicado em 2014-07-06